Ata sucinta da 43ª Reunião Ordinária Móvel da 2ª Sessão Legislativa da atual Legislatura em 15/12/2022, convocada para as 18h. Aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, às 18h, na sala Presidente João Mayrink, Plenário da Câmara Municipal de Ponte Nova realizou-se a 43ª Reunião Ordinária Móvel da 2ª Sessão Legislativa da atual Legislatura sob a Presidência do Vereador Antônio Carlos Pracatá de Sousa. O Presidente solicitou-me que fizesse a chamada quando foram constatadas as presenças dos seguintes Vereadores: Antônio Carlos Pracatá de Sousa, Emersânio Pinheiro de Carvalho, José Felipe Santiago Filho, José Gonçalves Osório Filho, José Roberto Lourenço Júnior, Paulo Augusto Malta Moreira, Raimunda da Conceição Gomes, Sérgio Antônio de Moura, Suellenn Christina Nascimento Monteiro, Wagner Luiz Tavares Gomides e Wellerson Mayrink de Paula. Havendo número legal, o Presidente deu início à reunião e convidou a todos para a oração do Pai Nosso. Em seguida, colocou em discussão e votação a ata da reunião anterior que foi aprovada por todos os presentes. Passando às Matérias do Legislativo, o Presidente realizou leitura dos Projetos de Lei nº **3.974/2022**, que autoriza crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação, no orçamento vigente, para recapeamento asfáltico através do CIMVALPI. Este projeto foi encaminhado às Comissões de Finanças, Legislação e Justiça, de Serviços Públicos Municipais e de Orçamento e Tomada de Contas; nº **3.975/2022**, que autoriza o Poder Executivo a desafetar e regularizar parte da área verde 01-E (espaços livres de uso público), na Rua Repórter Luiz Quirino, Bairro Chácara Vasconcelos, área localizada no Distrito Industrial Sócio Integrado de Ponte Nova-CDI, com a finalidade de regularizar situação do imóvel da Rádio Sociedade de Ponte Nova, consolidado no local. Este projeto foi encaminhado às Comissões de Finanças, Legislação e Justiça e de Defesa do Meio Ambiente; nº **3.976/2022**, que autoriza repasse financeiro, a título de Contribuição, ao Conselho de Segurança Pública e Integração Social de Ponte Nova - CONSEPIS, para execução de convênio com a Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, 5ª Delegacia Regional de Ponte Nova, e dá outras providências. Este projeto foi encaminhado às Comissões de Finanças, Legislação e Justiça, de Serviços Públicos Municipais e de Orçamento e Tomada de Contas. O Presidente comunicou que a Câmara recebeu alguns Projeto de Lei do Executivo e consultou ao Plenário para incluí-los na leitura ainda nesta reunião, após aprovação, o Presidente passou à leitura dos Projeto de Lei nº **3.977/2022**, que autoriza contratação de excepcional interesse público e dá outras providências. Este projeto foi encaminhado às comissões de Finanças, Legislação e Justiça e de Serviços Públicos Municipais e de Orçamento e Tomada de Contas; nº **3.978/2022**, que autoriza o Município de Ponte Nova a repassar, por meio de subvenção, o valor referente à Emenda Parlamentar destinada a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais -APAE de Ponte Nova e dá outras providências. Este projeto foi encaminhado às comissões de Finanças, Legislação e Justiça e de Serviços Públicos Municipais e de Orçamento e Tomada de Contas. Em seguida, o Presidente solicitou-me que fizesse a leitura dos pareceres das comissões aos seguintes projetos: Projeto de Lei do Legislativo nº **25/2022**, que autoriza contratação de excepcional interesse público de Agente Administrativo Especialidade Contabilidade e de Agente Administrativo Especialidade Engenharia e dá outras providências. (Leitura dos pareceres das comissões de Finanças, Legislação e Justiça e de Orçamento e Tomada de Contas); Projeto de Lei nº **3.953/2022**, que concede subvenções para o exercício de 2023 às hipóteses que menciona. (Leitura do parecer da Comissão de Finanças, Legislação e Justiça); Projeto de Lei nº **3.965/2022**, que dispõe sobre a criação do Polo

Universitário de Apoio Presencial da Universidade Aberta do Brasil em Ponte Nova-MG, e dá outras providências. (Leitura do parecer da Comissão de Orçamento e Tomada de Contas). Após consulta e aprovação do Plenário, foi inserido na pauta e se deu como lido o parecer da Comissão de Finanças, Legislação e Justiça. Já com a presença dos Vereadores Ana Maria Ferreira Proença e André Pessata Nascimento, dei sequência à leitura dos pareceres das comissões aos seguintes projetos: Projeto de Lei Substitutivo nº **3.966/2022**, que denomina de Unidade Básica de Saúde Paulo Raimundo Ferreira a unidade do bairro São Geraldo. (Leitura do parecer da Comissão de Finanças, Legislação e Justiça); nº **3.970/2022**, que dispõe sobre a concessão de incentivos econômicos e apoio técnico para plantio de goiabeiras no município, e dá outras providências. (Leitura dos pareceres das comissões de Finanças, Legislação e Justiça e de Orçamento e Tomada de Contas); nº **3.973/2022**, que dispõe sobre a desafetação de área verde para implantação de torre de telefonia celular no bairro Ana Florência em parceria com o Estado de Minas Gerais. (Leitura do parecer da Comissão de Finanças, Legislação e Justiça). Dando continuidade, procedi à leitura do parecer da Comissão de Finanças, Legislação e Justiça à Proposta de Emenda de Vereador ao Projeto de Lei Complementar Substitutivo nº **3.903/2022**, que altera a Lei Complementar nº 3.445/2010, para estabelecer diretrizes quanto à delimitação das áreas não edificáveis e áreas de preservação permanente localizadas às margens dos corpos d'água, em Área Urbana Consolidada, nos termos do artigo 4º da Lei Federal 12.651/2012, Lei Federal 6.766/1979 e Lei Federal nº 14.285/2021. O Presidente comunicou que a Casa Legislativa recebeu nesta data o Veto Total ao Projeto de Lei nº **3.938/2022**, que autoriza a alienação, por permuta, das áreas que especifica, e dá outras providências. Após consulta e aprovação do Plenário, realizou a leitura do Veto Total que foi encaminhado à Comissão Especial composta pelos Vereadores Wagner Luiz Tavares Gomides, José Gonçalves Osório Filho e Sérgio Antônio de Moura. O Vereador Paulo Augusto Malta Moreira manifestou-se enquanto Presidente da Comissão de Finanças, Legislação e Justiça informando sobre ofício nº 892/2022 do Executivo solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei Substitutivo nº **3.942.01/2022**, que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício anterior, para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente. Após consulta e aprovação dos demais membros das comissões, o projeto foi retirado da tramitação. Passando às Matérias da Ordem do Dia, o Presidente colocou em primeira discussão e votação os seguintes projetos: Projeto de Lei nº **3.929/2022**, que dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal, revoga a Lei nº 4.777/2016, e dá outras providências. Estando em discussão o parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais, não houve manifestação. Em votação, foi aprovado por unanimidade. Em discussão do projeto emendado, manifestaram-se os Vereadores André Pessata Nascimento, Paulo Augusto Malta Moreira e Wellerson Mayrink de Paula. Em votação, foi aprovado por unanimidade; Projeto de Lei Complementar **3.951/2022**, que altera o artigo 93 e acrescenta os artigos 122-G a 122-I à Lei Complementar Municipal nº 2.058/1995, que institui o Código Tributário Municipal, para dispor sobre a Taxa de Inspeção de produtos de Origem Animal. Em discussão do parecer da Comissão de Finanças, Legislação e Justiça, não houve manifestação. Em votação, foi aprovado por unanimidade. Em discussão do projeto emendado, não houve manifestação. Em votação, foi aprovado por unanimidade; Projeto de Lei Complementar nº **3.952/2022**, que acrescenta os artigos 95-A a 95-M à Lei Complementar Municipal nº 1.944, de 20 de maio de 1944, que institui o Código

Sanitário Municipal, para dispor sobre procedimentos de inspeção e fiscalização de produtos de origem animal e vegetal. Estando em discussão o parecer da Comissão de Finanças, Legislação e Justiça, não houve manifestação. Em votação, foi aprovado por unanimidade. Em discussão do projeto emendado, não houve manifestação. Em votação, foi aprovado por unanimidade; Projeto de Lei Complementar nº **3.964/2022**, que dispõe sobre a criação e denominação de Centro Municipal de Educação Infantil, altera a Lei Complementar nº 4.238/2019 e a Lei Complementar nº 2.728/2003, e dá outras providências. Estando em discussão o parecer da Comissão de Finanças, Legislação e Justiça, não houve manifestação. Em votação, foi aprovado por unanimidade. Estando em discussão o parecer da Comissão de Orçamento e Tomada de Contas, não houve manifestação. Em votação, foi aprovado por unanimidade. Em discussão do projeto emendado, não houve manifestação. Em votação, foi aprovado por unanimidade. A pedido dos Vereadores André Pessata Nascimento, Wellerson Mayrink de Paula e Ana Maria Ferreira Proença, e após consulta e aprovação do Plenário, o Presidente colocou em segunda discussão e votação dos seguintes projetos: Projeto de Lei nº **3.929/2022**, que dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal, revoga a Lei nº 4.777/2016, e dá outras providências. Em discussão, manifestaram-se os Vereadores Paulo Augusto Malta Moreira e André Pessata Nascimento. Em votação, foi aprovado por unanimidade; Projeto de Lei Complementar **3.951/2022**, que altera o artigo 93 e acrescenta os artigos 122-G a 122-I à Lei Complementar Municipal nº 2.058/1995, que institui o Código Tributário Municipal, para dispor sobre a Taxa de Inspeção de produtos de Origem Animal. Em discussão, não houve manifestação. Em votação, foi aprovado por unanimidade; Projeto de Lei Complementar nº **3.952/2022**, que acrescenta os artigos 95-A a 95-M à Lei Complementar Municipal nº 1.944, de 20 de maio de 1944, que institui o Código Sanitário Municipal, para dispor sobre procedimentos de inspeção e fiscalização de produtos de origem animal e vegetal. Em discussão, não houve manifestação. Em votação, foi aprovado por unanimidade; Projeto de Lei Complementar nº **3.964/2022**, que dispõe sobre a criação e denominação de Centro Municipal de Educação Infantil, altera a Lei Complementar nº 4.238/2019 e a Lei Complementar nº 2.728/2003, e dá outras providências. Em discussão, não houve manifestação. Em votação, foi aprovado por unanimidade. Para a Tribuna Livre, o Presidente convidou o Senhor Manoel Cândido de Almeida que tratou sobre o tema “Más condições das ruas nos bairros Cidade Nova, São Pedro e Novo Horizonte”. Quanto ao assunto, manifestaram-se os Vereadores Paulo Augusto Malta Moreira, André Pessata Nascimento, José Roberto Lourenço Júnior e Antônio Carlos Pracatá de Sousa. Em seguida, o Presidente convidou a Senhora Fernanda de Magalhães Ribeiro, Secretária Municipal de Cultura, Turismo e Comunicação, que tratou sobre o tema “Balanço de atividades desenvolvidas pela SEMCTC em 2022 e planejamento para 2023”. Quanto ao assunto manifestaram-se os Vereadores André Pessata Nascimento, Emersânio Pinheiro de Carvalho, Suellenn Christina Nascimento Monteiro, Wellerson Mayrink de Paula, José Gonçalves Osório Filho, Ana Maria Ferreira Proença, José Felipe Santiago Filho, Wagner Luiz Tavares Gomides. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente declarou encerrada a reunião às 20h17min, convocando todos os Vereadores para a próxima reunião que será realizada no dia 19 de dezembro, às 18h. Assim lavrou-se a presente ata, discutida e aprovada na reunião do dia 19/12/2022, que segue assinada pelo Presidente, pelo Vice-Presidente, por mim, Secretário e pelos

demais Vereadores. O conteúdo completo desta reunião encontra-se disponível em meio eletrônico para consulta dos interessados.

Antônio Carlos Pracadá de Sousa
Presidente

Wellerson Mayrink de Paula
Vice-Presidente

José Roberto Lourenço Júnior
Secretário